

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.589.450 - RJ (2019/0285649-5)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
AGRAVANTE : SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL SENAI
ADVOGADOS : CHRISTIANE RODRIGUES PANTOJA - DF015372
FELIPE GUSTAVO DE ÁVILA CARREIRO - DF027333
PEDRO HENRIQUE BRAZ SIQUEIRA - DF037996
AGRAVADO : VULCAN MATERIAL PLÁSTICO LTDA. EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADOS : LEANDRO ANTUNES SOARES - RJ149545
DAYANE DO NASCIMENTO LIMA DA SILVA - RJ178325

DECISÃO

Trata-se de Agravo, interposto pelo SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL SENAI, mediante o qual se impugna decisão que inadmitiu seu Recurso Especial, esse tirado de acórdão, proferido do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO ADMINISTRATIVO. SENAI. PRETENSÃO OBJETIVANDO A CONDENAÇÃO DA RÉ AO PAGAMENTO DE CONTRIBUIÇÕES PARAFISCAIS, ORIUNDAS DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA FIRMADO ENTRE AS PARTES. SENTENÇA QUE JULGOU IMPROCEDENTE O PEDIDO. INCONFORMISMO DA PARTE AUTORA.

- A meu ver, sem razão o Recorrente.

- Isto porque, as cobranças estão lastreadas no termo de Cooperação Técnica e Financeira firmado entre as partes em 01.04.1984, e o posterior Termo Aditivo de 01.12.1995 (que não colidiu com o ajuste anterior), onde a Apelada se obrigou ao pagamento das contribuições ali previstas, diretamente ao Departamento Regional do SENAI no Estado do Rio de Janeiro.

- Ocorre que a cláusula décima do referido Termo estabelece a vigência do ajuste de 01.04.84 até 31.12.84, e sua prorrogação estava condicionada à previa notificação da parte no sentido de manifestar sua vontade, anualmente e de forma expressa, em renovar o prazo de vigência, o que não restou comprovado na hipótese.

- De outro vértice, era ônus do Demandante, na forma do artigo 373, inciso I, do CPC, demonstrar, ao menos, a efetiva prestação dos serviços nos anos que pretende efetuar as cobranças, porém, também

Superior Tribunal de Justiça

não logrou êxito nesse sentido.

- Convém salientar que, após o advento da Lei nº 11.457/2007, a fiscalização, arrecadação e cobranças das contribuições devidas ao SENAI passaram a ser atribuição da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

- RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO" (fls. 326/327e).

Embargos de Declaração rejeitados (fls. 362/368e).

Alega-se, nas razões do Recurso Especial, manejado com apoio nas alíneas **a** e **c** do permissivo constitucional, a existência de dissenso pretoriano e ofensa aos arts. 489, VI, e 1.022, II, do CPC/2015, 7º, 119 e 142 do CTN, 10 do Decreto 60.466/67, 11 do Decreto-lei 4.481/42 e 50, 6º, parágrafo único, e 50 do Decreto 494/62, 2º, 3º e 16 da Lei 11.457/2007.

Sustenta, a parte recorrente, em síntese, o seguinte:

"43. Atualmente, em razão do disposto no artigo 3º da Lei 11.457/2007, a arrecadação da contribuição geral, via de regra, é de fato realizada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, que também se responsabiliza pelo repasse do montante arrecadado para o SENAI, mediante remuneração pelos serviços prestados.

44. Ocorre que a contribuição adicional sempre foi arrecadada e fiscalizada pelo SENAI, nos termos dos artigos 6º e 50, ambos do Decreto 494/62, o que afasta a competência da Secretaria da Receita Federal para arrecadar ou mesmo cobrar referida contribuição. Veja-se:

(...)

46. Nesse contexto, a Lei 11.457/2007 trata da unificação dos procedimentos de arrecadação, fiscalização e cobrança de tributos federais pela Receita Federal, naquilo que ficou conhecido como a criação da “Super-Receita”, cujo marco principal foi a transferência/unificação das cobranças dos tributos a cargo do INSS para a Receita Federal, que, a exemplo do INSS, também passou a receber, como retribuição pelos serviços prestados ao SENAI, o percentual de 3,5% sobre o arrecadado em nome da referida Entidade.

47. Assim, a Lei nº 11.457/2007 nada alterou no tocante à legitimidade ativa do SENAI para arrecadar, fiscalizar e cobrar a contribuição que lhe é devida, já que apenas ocorreu uma alteração na pessoa do arrecadador.

48. O exame do artigo 3º da Lei nº 11.457/2007 evidencia que a

Superior Tribunal de Justiça

competência da Secretaria da Receita Federal do Brasil em relação às outras entidades e fundos se dá na forma da legislação em vigor, aplicando-se em relação a essas contribuições, no que couber, as disposições do referido Diploma. Assim dispõe a Lei:

(...)

49. Logo, dada a existência de legislação especial (artigos 6º, *caput* e parágrafo único, e 50, ambos do Decreto nº 494/62) conferindo legitimidade ao ora Recorrente para fiscalizar, lançar e cobrar a contribuição adicional que lhe é destinada, não se aplica o disposto no artigo 3º da Lei nº 11.457/07.

50. Não por outro motivo, aliás, a solução de consulta nº 65/2009, esclareceu que a Lei nº 11.457/07 não alterou as disposições concernentes às contribuições sociais devidas às outras entidades ou fundos, os terceiros, apenas outorgou (transferiu) a competência desta matéria de cunho previdenciário, que era da extinta Secretaria da Receita Previdenciária, para a recém criada Secretaria da Receita Federal do Brasil.

(...)

51. Como a referida solução fez expressa referência à competência da Secretaria da Receita Federal no que diz respeito à matéria previdenciária, as contribuições destinadas aos terceiros, Sesi e Senai, as quais não possuem natureza previdenciária, não foram abrangidas, permanecendo inalteradas as formas de arrecadação, fiscalização e que continuam vigentes há mais de 60 anos.

52. E são absolutamente pertinentes as disposições legais que permitem a arrecadação direta pelo SENAI" (fls. 394/399e).

Requer, por fim:

"a) seja reconhecida a violação ao art. 1.022, inciso II, do CPC, pelo acórdão ora recorrido, donde caracterizado o prequestionamento ficto disposto no art. 1.025, do CPC, de todos os temas e dispositivos legais fundamentais ao deslinde da presente controvérsia arguidos nos embargos de declaração opostos em segunda instância;

b) seja o presente recurso especial conhecido e provido para reconhecer a divergência jurisprudencial, bem como a ofensa aos artigos 3º e 16 da Lei nº 11.457/2007, para, reformando o acórdão prolatado pelo tribunal de origem, considerar que a ora Recorrente possui legitimidade ativa para fiscalizar, arrecadar e cobrar judicialmente a contribuição adicional que lhe é devida, tendo em vista os permissivos legais insculpidos nos artigos 6º, parágrafo único, e 50,

Superior Tribunal de Justiça

ambos do Decreto nº 494/62, determinando-se o retorno dos autos à origem para julgamento do recurso de apelação do SENAI;

c) seja o presente recurso especial conhecido e provido para reconhecer a contrariedade aos artigos 2º, 3º e 16º da Lei nº 11.457/2007, e 7º, 119 e 142 do CTN, bem como aos artigos 10º do Decreto 60.466/67, 11 do Decreto-Lei 4.481/42, 6º, parágrafo único, e 50 do Decreto 494/62, e 485, inciso VI, do CPC, para, reformando o acórdão prolatado pelo Tribunal de origem, reconhecer a legitimidade do Recorrente para fiscalizar, lançar e cobrar a contribuição adicional que lhe é legalmente destinada, determinando-se o retorno dos autos à origem para julgamento do recurso de apelação do SENAI" (fl. 405e).

Sem contrarrazões.

Recurso Especial inadmitido (fls. 445/451e), com base na inocorrência de omissão e nas Súmulas 7 e 83/STJ.

Agravo às fls. 473/485e.

Sem contraminuta.

O presente recurso não merece prosperar.

Não há de se cogitar de omissão nem de falta de fundamentação, no julgado recorrido. Com efeito, o que o ora agravante denomina de omissão consiste, na verdade, em divergência acerca do conteúdo dos dispositivos legais incidentes na espécie. Divergência desse tipo desafia, em tese, recurso à superior instância, não Embargos de Declaração.

Quanto à questão de fundo, está pacificada a jurisprudência do STJ no sentido de que, após o início de vigência da Lei 11.457/2007, a União passou a ter legitimidade exclusiva para integrar ação na qual se exige o pagamento, ou se discute a legalidade, de contribuição destinada a terceiros e fundos, como, no caso em tela, ao SENAI.

A esse propósito, confirmam-se os seguintes precedentes:

"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO DESTINADA A TERCEIROS. LEI 11.457/2007. SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL. CENTRALIZAÇÃO. LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM DA FAZENDA NACIONAL.

1. Com o advento da Lei 11.457/2007, as atividades referentes à tributação, à fiscalização, à arrecadação, à cobrança e ao recolhimento das contribuições sociais vinculadas ao INSS (art. 2º), bem como as contribuições destinadas a terceiros e fundos, tais como SESI, SENAI,

SESC, SENAC, SEBRAE, INCRA, APEX, ABDI, a teor de expressa previsão contida no art. 3º, foram transferidas à Secretaria da Receita Federal do Brasil, órgão da União, cuja representação, após os prazos estipulados no seu art. 16, ficou a cargo exclusivo da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para eventual questionamento quanto à exigibilidade das contribuições, ainda que em demandas que têm por objetivo a restituição de indébito tributário.

2. *In casu*, a ABDI, a APEX-Brasil, o INCRA, o SEBRAE, o SENAC e o SESC deixaram de ter legitimidade passiva *ad causam* para ações que visem à cobrança de contribuições tributárias ou sua restituição, após a vigência da referida lei, que centralizou a arrecadação tributária a um único órgão central. Nesse sentido: AgInt no REsp 1.605.531/SC, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 19/12/2016; REsp 1698012/PR, Rel. Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, julgado em 07/12/2017, DJe 18/12/2017.

3. Recurso Especial não provido" (STJ, REsp 1.762.952/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 11/03/2019).

"TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DESTINADAS A TERCEIROS OU FUNDOS. LEI 11.457/2007. SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL. CENTRALIZAÇÃO. LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM DA FAZENDA NACIONAL. INEXISTÊNCIA DE LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO COM OS DESTINATÁRIOS DA ARRECADAÇÃO: SESI, SENAI, SESC, SENAC, SEBRAE, INCRA, APEX, ABDI.

1. A orientação das Turmas que compõem a Primeira Seção deste Tribunal Superior firmou-se no sentido de que as atividades referentes à tributação, à fiscalização, à arrecadação, à cobrança e ao recolhimento das contribuições sociais vinculadas ao INSS (art. 2º da Lei n. 11.457/2007), bem como as contribuições destinadas a terceiros e fundos, tais como SESI, SENAI, SESC, SENAC, SEBRAE, INCRA, APEX, ABDI, consoante a expressa previsão contida no art.

3º da referida norma, foram transferidas à Secretaria da Receita Federal do Brasil, órgão da União, cuja representação, após os prazos estipulados no seu art. 16, ficou a cargo exclusivo da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para eventual questionamento quanto à exigibilidade das contribuições, ainda que em demandas que têm por objetivo a restituição de indébito tributário. Precedentes: AgInt nos EDcl no Ag 1.319.658/MG, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 9/3/2017; AgInt no REsp 1.605.531/SC, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 19/12/2016.

2. A pretensão recursal, portanto, não merece prosperar, uma vez que a ABDI, a APEX-Brasil, o INCRA, o SEBRAE, o SENAC e o SESC deixaram de ter legitimidade passiva *ad causam* para ações que visem à cobrança de contribuições tributárias ou sua restituição, após a vigência da referida lei, que centralizou a arrecadação tributária a um único órgão central.

3. Recurso especial a que se nega provimento" (STJ, REsp 1.698.012/PR, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 18/12/2017).

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, **b**, do RISTJ, conheço do Agravo para **negar provimento** ao Recurso Especial.

Em atenção ao disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do novo CPC"), majoro os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor já arbitrado, levando-se em consideração o trabalho adicional imposto ao advogado da parte recorrente, em virtude da interposição deste recurso, respeitados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015.

I.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora